



Coordenadores
Luiz Rodrigues Wambier
Fábio L. Quintas
Georges Abboud

A decisão parcial e as questões de fato

Vinicius Silva Lemos

2020



www.editorajuspodivm.com.br

Rua Território Rio Branco, 87 – Pituba – CEP: 41830-530 – Salvador – Bahia

Tel: (71) 3045.9051

• Contato: <https://www.editorajuspodivm.com.br/sac>

Copyright: Edições JusPODIVM

Conselho Editorial: Eduardo Viana Portela Neves, Dirley da Cunha Jr., Leonardo de Medeiros Garcia, Fredie Didier Jr., José Henrique Mouta, José Marcelo Vigliar, Marcos Ehrhardt Júnior, Nestor Távora, Robério Nunes Filho, Roberval Rocha Ferreira Filho, Rodolfo Pamplona Filho, Rodrigo Reis Mazzei e Rogério Sanches Cunha.

Capa: Marcelo S. Brandão (santibrando@gmail.com)

D294 A Decisão Parcial e as Questões de Fato / Vinicius Silva Lemos – Salvador: Editora JusPodivm, 2020.
544 p. (Direito Processual na Ordem Constitucional / coordenadores Luiz Rodrigues Wambier, Fábio L. Quintas, Georges Abboud)

Inclui bibliografia
ISBN 978-65-5680-080-6

1. Decisões judiciais. 2. Direito Processual Civil. I. Lemos, Vinicius Silva. II. Wambier, Luiz Rodrigues. III. Quintas, Fábio L. IV. Abboud, Georges. V. Título.

1182180

CDD 341.465

Todos os direitos desta edição reservados a Edições JusPODIVM.

É terminantemente proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio ou processo, sem a expressa autorização do autor e das Edições JusPODIVM. A violação dos direitos autorais caracteriza crime descrito na legislação em vigor, sem prejuízo das sanções civis cabíveis.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	19
CAPÍTULO 1: O PROCESSO OBJETIVAMENTE COMPLEXO	27
1.1 O PROCESSO COMPLEXO	27
1.1.1 A definição de processo complexo.....	27
1.2 O PEDIDO DA DEMANDA	36
1.2.1 O conceito de pedido	36
1.2.2 A relação do pedido com os elementos da ação	46
1.2.3 O pedido imediato e o pedido mediato.....	48
1.2.4 Os limites do pedido e a relação com a decisão do processo.....	52
1.3 A CUMULAÇÃO E O PROCESSO OBJETIVAMENTE COMPLEXO.....	56
1.3.1 A complexidade da demanda: entre cumulação de partes e cumulação de pedidos	56
1.3.1.1 A cumulação subjetiva ou de partes: litisconsórcio.....	58
1.3.1.2 A cumulação objetiva ou de pedidos.....	60
1.3.2 As espécies de cumulação de pedidos.....	67
1.3.2.1 A cumulação própria.....	68
1.3.2.2 A cumulação imprópria.....	72
1.3.3 Os momentos processuais para a cumulação.....	77
1.3.3.1 A cumulação inicial.....	77
1.3.3.2 A cumulação ulterior.....	79
1.4 A DIVISÃO DO OBJETO LITIGIOSO DO PROCESSO EM CAPÍTULOS PELA COMPLEXIDADE OBJETIVA DO PROCESSO.....	108

1.4.1	Evolução histórica da noção de capítulos da sentença	108
1.4.2	A divisão do processo litigioso do processo em capítulos ...	111
1.4.3	A divisão em capítulos de sentença: uma comunhão entre Dinamarco, Liebman e Carnelluti	117
1.4.4	Autonomia e independência entre capítulos	120

CAPÍTULO 2: A COMPLEXIDADE COGNITIVA E O PROCESSO OBJETIVAMENTE COMPLEXO **127**

2.1	A COGNIÇÃO JUDICIAL	127
2.1.1	A cognição num aspecto geral	127
2.1.2	Conceito de cognição judicial	131
2.1.3	Espécies das cognições	136
2.1.3.1	Horizontal e vertical	137
2.1.4	A divisão da cognição em resolução de questões: resolução <i>incidenter tantum</i> e resolução <i>principaliter tantum</i>	142
2.1.5	A tipologia das questões	146
2.1.5.1	Questões de fato e questões de direito	146
2.1.5.2	Questões prévias: preliminares e prejudiciais	153
2.1.5.3	Questões de mérito	157
2.1.5.4	Questão principal como o objeto final da cognição	161
2.2	A CONCEPÇÃO DE FATO NA DEMANDA	162
2.2.1	A definição de fato para o processo	162
2.2.2	A relação do fato com a produção de provas	166
2.2.3	Fato da causa como <i>thema probandum</i>	169
2.2.4	A (im)possibilidade de dissociação entre alegação de fato e alegação de direito	171
2.2.5	As diferentes espécies de fatos	176
2.3	A COMPLEXIDADE DE QUESTÕES DE FATO	177
2.3.1	A complexidade do processo e a complexidade na cognição	177
2.3.2	A possibilidade de cisão cognitiva como consequência da complexidade do processo	179
2.3.3	As questões de fato num processo complexo objetivamente	191

2.3.3.1	A pluralidade das questões de fato num processo complexo objetivamente	193
2.3.3.2	A pluralidade das questões de fato e a sua resolubilidade parcial como requisitos para a possibilidade da decisão parcial.....	194
2.3.3.3	As questões de fato para a cognição da decisão parcial sem mérito.....	200
2.3.3.4	As questões de fato para a cognição da decisão parcial com mérito: uma classificação	204
2.3.3.5	O impacto da classificação de independência total e independência parcial nas espécies de cumulação.....	212

CAPÍTULO 3: A EVOLUÇÃO HISTÓRICA DA CISÃO COGNITIVA NO DIREITO BRASILEIRO

223

3.1	A VISÃO CONCEITUAL DA CISÃO COGNITIVA.....	223
3.1.1	O conceito de cisão cognitiva.....	223
3.2	A EVOLUÇÃO DA CISÃO COGNITIVA E FRACIONAMENTO DECISÓRIO NO DIREITO POSITIVO BRASILEIRO	226
3.2.1	A visão da unicidade da sentença como regra restritiva no procedimento comum no CPC/73	226
3.2.2	A cisão cognitiva como base da especialidade de algumas hipóteses de procedimentos especiais no CPC/73.....	232
3.2.3	A antecipação da tutela de pedido incontroverso: o art. 273, § 6º do CPC/73 pela Lei nº 10.444/2002.....	235
3.2.4	A alteração no conceito de sentença pela Lei nº 11.232/2005 e o impacto na abertura para a cisão cognitiva no procedimento comum do CPC/73.....	242
3.3	O PANORAMA ATUAL DA CISÃO COGNITIVA E FRACIONAMENTO DECISÓRIO NO CPC/2015	246
3.3.1	A positivação da cisão cognitiva e a decisão parcial na fase de conhecimento.....	246
3.3.2	A unicidade da sentença como normalidade e a decisão parcial como acidente processual no CPC/2015: a existência de uma bifurcação procedimental do processo objetivamente complexo.....	249
3.3.3	A reedição de procedimentos especiais no CPC/2015 com a cisão cognitiva como base da especialidade.....	251

3.3.4	As decisões parciais de mérito em algumas hipóteses de procedimentos especiais: cisão cognitiva de mérito diversa do art. 356 do CPC/2015	253
3.3.5	O art. 327, §2º do CPC/2015 e a desnecessidade de procedimentos especiais específicos para cisões cognitivas ...	259
3.4	O FRACIONAMENTO DECISÓRIO NO DIREITO COMPARADO	263
3.4.1	No direito alemão	264
3.4.2	No direito português	269
3.4.3	No direito italiano	272
3.4.4	Outros países e a possibilidade (ou não) de decisão parcial	278
3.5	A DEFINIÇÃO DA CISÃO COGNITIVA E FRACIONAMENTO DECISÓRIO VIA DECISÃO PARCIAL COMO INTERLOCUTÓRIA	280
CAPÍTULO 4: A CONSTRUÇÃO DA DECISÃO PARCIAL E SUAS ESPÉCIES.....		285
4.1	A MANIFESTAÇÃO DO RÉU NA CONSTRUÇÃO DA DECISÃO PARCIAL	285
4.1.1	A importância do réu e sua atitude processual para a questão de fato no processo objetivamente complexo	285
4.1.2	A contestação, o princípio da eventualidade e a preclusão das questões de fato pelo réu	286
4.1.3	A contestação com pedido de julgamento antecipado e a réplica do autor: preclusões sobre produção de prova	296
4.1.4	As exceções na possibilidade de cisão antes do pronunciamento do réu: análise da admissibilidade da demanda e improcedência liminar do pedido	301
4.1.5	A contestação e as preliminares processuais: a abertura para cisão cognitiva sem mérito no saneamento	305
4.2	A CONSTRUÇÃO COOPERATIVA DA DECISÃO PARCIAL	308
4.2.1	A decisão parcial como efetivação da eficiência, celeridade e cooperação processual	308
4.2.2	A necessidade de alerta do juízo sobre a decisão parcial? ...	310
4.2.3	Os momentos da percepção de bifurcação cognitiva	312
4.2.4	A construção da decisão parcial: elementos da decisão ...	314
4.2.5	A construção cooperativa da decisão parcial: a repartição com outros momentos decisórios	321

4.3	A DECISÃO PARCIAL SEM MÉRITO.....	324
4.3.1	O conceito de decisão parcial sem mérito.....	324
4.3.2	As questões cognitivas preliminares: vícios processuais	328
4.3.3	A decisão cognitiva sem mérito e as questões de fato	332
4.3.4	As hipóteses de extinção parcial.....	334
4.3.4.1	O indeferimento parcial da inicial.....	336
4.3.4.2	A ausência de pressupostos de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo.....	345
4.3.4.3	A falta de interesse e legitimidade parcial.....	348
4.3.4.4	A perempção, a coisa julgada e litispendência parciais	352
4.3.4.5	O reconhecimento parcial de convenção de arbitragem ou o reconhecimento pelo árbitro da sua competência parcial.....	355
4.3.4.6	Homologar a desistência parcial da ação	358
4.3.4.7	Em caso de morte da parte, a ação for considerada intransmissível por disposição legal	359
4.3.5	A necessidade de contraditório e primazia ao julgamento de mérito	360
4.3.6	A relação dos pressupostos processuais na cumulação sucessiva e a impossibilidade de decisão parcial sem resolução de mérito.....	363
4.4	A DECISÃO PARCIAL COM MÉRITO.....	365
4.4.1	As diferentes visões de mérito	365
4.4.2	O conceito de mérito.....	372
4.4.3	A existência de um mérito em cada capítulo decisório.....	374
4.4.4	O conceito de decisão parcial com resolução de mérito....	376
4.4.4.1	A resolução incidental de questões de mérito, o fracionamento de questões e a não concepção como fracionamento do mérito.....	377
4.4.5	Os requisitos e hipóteses de decisão parcial de mérito	382
4.4.5.1	A decomponibilidade do pedido como um modo de complexidade objetiva do processo e a decisão parcial de mérito.....	389
4.4.6	Os julgamentos de mérito constantes no art. 354, parágrafo único: art. 487, II e III do CPC.....	390

4.4.7 A relação da decisão parcial de mérito com as espécies de cumulação de pedidos.....	393
-------------------------------------------------------------------------------------------	-----

CAPÍTULO 5: A CONFIGURAÇÃO DOS REQUISITOS, A BIFURCAÇÃO COGNITIVA E O DEVER DO FRACIONAMENTO DECISÓRIO 399

5.1 A COGNIÇÃO JUDICIAL PRELIMINAR NO PROCESSO OBJETIVAMENTE COMPLEXO	399
5.1.1 A cognição judicial preliminar, as questões de fato e o momento da percepção da possibilidade de cisão cognitiva.....	399
5.1.2 A bifurcação cognitiva no processo.....	404
5.1.2.1 As espécies de bifurcações cognitivas	409
5.1.3 A decisão parcial e a cisão procedimental para fins de quebra da cumulação	413
5.1.3.1 A interligação entre os capítulos, as questões de fato e a cisão procedimental	417
5.1.3.2 A relação da cisão procedimental com a cumulação de pedidos.....	418
5.1.3.3 A cisão procedimental, a eficácia imediata da decisão parcial e o efeito suspensivo do recurso.....	420
5.1.3.4 O agravo de instrumento da decisão parcial e a independência entre a matéria decidida.....	428
5.1.3.5 O julgamento recursal do agravo de instrumento e a possibilidade de efeito expansivo	431
5.1.3.6 A hipótese do error in procedendo como fundamento do agravo de instrumento e a possibilidade de anulação da decisão parcial.....	437
5.1.3.7 A formação da coisa julgada na decisão parcial e o impacto no restante da cognição.....	446
5.1.3.8 A coisa julgada da decisão parcial, a questão de fato resolvida e a impossibilidade de rediscussão na sentença	454
5.1.4 Os requisitos autorizantes da bifurcação cognitiva, a correta análise judicante e a cisão procedimental.....	459

CAPÍTULO 6: AS CONSEQUÊNCIAS E REFLEXOS PROCESSUAIS DO FRACIONAMENTO DECISÓRIO..... 463

6.1 OS IMPACTOS PROCESSUAIS DA DECISÃO PARCIAL	463
6.1.1 Os custos do processo e a decisão parcial.....	464

6.1.2	A recorribilidade da decisão parcial.....	469
6.1.3	A remessa necessária e a decisão parcial.....	483
6.1.4	A ação rescisória e a decisão parcial.....	491
6.1.5	A liquidação de sentença e a decisão parcial.....	497
6.1.6	A execução e a decisão parcial: provisória e definitiva.....	499
6.1.7	A suspensão parcial por repetitivos e a decisão parcial.....	503
CONCLUSÃO		507
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS		513